



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)**

### **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 30/10/2025 NA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG).**

#### **Assunto: Credenciamento de Estacionamento para Pessoas com Deficiência (PCDs).**

Aos trinta (30) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), na sala de reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros/MG, às nove horas (09:00), ocorreu Audiência Pública, proposta pelo vereador Eduardo Ferreira, para debater sobre: Credenciamento de Estacionamentos para Pessoas com Deficiências. Foram convidados e participaram da Audiência: o Sr. Valcir Soares da Silva (Presidente da ADEMOC, a Sra. Ana Luíza Souza (Presidente da APAE), a Sra. Edna Florentina (Instituto Amor Down), a Sra. Camila Antunielle Ferreira de Abreu (Presidente CDMOC-Representante do conselho da Pessoa com Deficiência), o Sr. Dr. Luiz Otávio Toledo (Perito MOCBUS). Representado a Sra. Maria Thereza Mendonça Silva Moura (Pres. do centro Pedagógico Capelo Gaivota), a Sra. Eloiza. Representado o Sr. Vinícius Pereira Santos (Pres. MCTRANS), a Sra. Ana Luiza Pires. Representando Viviane Tanure (Diretora de Transportes Publico Gratuidade), o Sr. Rogério Veloso. A Sra. Nivânia (Fundação Clarice Albuquerque) Foram convidados, mas não compareceram: o Sr. Guilherme Augusto Guimarães Oliveira (Prefeito de Montes Claros), a Sra. Edileuza Assunção C. morais Costa (Pres. Da Fundação Clarice Albuquerque, a Sra. Vanda Amaral (Pres. da Assoc. Norte Mineira de Apoio ao Autismo-ANDA), a Sra. Camila Guimarães Saporì (Repres. MOCBUS), o Sr. Roberto doa Anjos Souza (chefe de Seção de Fiscalização de Trânsito), o Sr. Elberth Pinho da Silva (Perito MCTRANS), o Sr. Dr. Simael Lopes Perito MCTRANS), o Sr. Andre Kevny Luiz Alves Gomes (Secretário Desenvolvimento Social). Após a abertura da reunião e a composição da Mesa, o vereador Eduardo Ferreira, proponente da audiência, expôs os motivos e objetivos de sua realização. Falou das dificuldades de credenciamentos, muitas das vezes vividas por mães que tentam e tem a negativa as vezes por causa do laudo que conforme Lei Estadual uma vez emitido não necessitava mais se renovado, mas ainda sim enfrentam resistência em comprovar a necessidade. A Sra. Nivania falou da dificuldade dos Pais que muitas das vezes deixam de levar os filhos para escola porque apenas a criança tem a gratuidade e muitas das vezes os Pais não tem condição de pagar a condução, A Sra. Camila falou que nos não necessitamos de inclusão que todos já são incluídos, o que necessitamos e de acessibilidade, essa que muitas das vezes são indeferidas por causa de normas dificultadoras, e que só querem apenas ser igualados aos diretos de todos respeitando. A Sra. Ana Luíza falou que a MCTRANS trabalha junto com a administração para que tenhamos uma acessibilidade de cidade inteligente mais inclusiva. A Sra. Dr. Débora falou que a MCTRANS e uma empresa publica e na qual e obrigada a seguir a legislação, e a resolução do CONTRAN 965/20 enfatiza



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

que a concessão para estacionamento para pessoas com deficiências que tenham um comprometimento de mobilidade, então na MCTRANS e feito uma análise dos laudos baseados no em pacto que a doença tem na mobilidade, legislação. A Sra. Eloiza falou da dificuldade das mães que tem que ligar todos os dias para marca o trans especial, e que poderia pelo menos entra num acordo de marca uma vez por semana para facilitar a vida das mães. A Sra. Ana Luiza falou que quando fala de acessibilidade fala de saúde, educação e assistência, os ônibus que faz precisa esse transportes estão todos defasados, e quando quebra os alunos ficam impossibilitando de ir ate a escola, pois não tem ônibus urbanos que passe próximo a Escola APAE pois a localidade da escola e um pouco distante. O Sr. Valcir falou da necessidade de alterar a legislação pois de 2009 (dois mil e nove) ate hoje ouve muitas mudanças nas deficiências nem toda deficiência são físicas. A Sra. Edna falou da necessidade de inclusão do estacionamento para outras deficiência como a intelectual, e que foi negado o estacionamento para eles, e que o síndrome Down não precisa de nenhuma pericia para diagnostica que a aparecia já são claras. O Sr. Luiz Otávio falou que a acessibilidade e mobilidade são fatores diferentes, mas que estar a disposição para que esse projeto de inclusão seja vitorioso. Houve participação do público presente, que, de um modo geral, falou da necessidade de pessoas com síndrome de Down ter direito ao estacionamento pois essa deficiência também causa problemas na locomoção, falou que fevereiro de dois mil e vinte quatro (02/2024) foi aprovada a lei de estacionamento para autistas, e em setembro do mesmo ano foi sancionada pelo saudoso Prefeito Humberto Souto (em memória), mas nunca colocada em prática, falou da dificuldade das mães por falta de ônibus que não passa enfrente a APAE, falou da dificuldade de renovação de laudos, que nem sempre conseguem no tempo que eles determina. Sugeriram fazer uma comissão com todos os órgãos envolvidos para discutir o assunto, Além da proponente (vereador Eduardo Ferreira), participaram da audiência os vereadores: Claudim, Daniel Dias, Junior Martins, Professora Iara Pimentel, Rodrigo Cadeirante, Soter Magno, Wilton Dias, Pc Landim. Raimundo do INSS. O vereador Claudim falou que com a construção dos novos cemeis, os veículos que fazia os transportes das crianças para outros cemeis distantes, ficara disponível podendo assim ser usado para o transporte de pessoas com PCDs, a vereadora Professora Iara falou que Montes Claros vai ter um intérprete de libras em todas as atividades culturais, e que o PCDs tem que ter acesso à saúde, transporte e lazer, O vereador Daniel disse que essas lutas pela garantia de emprego não e fácil, falou se necessário tem que mudar as leis para se adequar toda população PCDs. O vereador Rodrigo Cadeirante falou das dificuldades para cumprir as leis em relação aos PCDs, falou da necessidade da conscientização da população para não utilizarem as vagas pois já são poucas. O vereador Wilton Dias falou da importância das entidades na luta para cumprir as



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Leis do PCDs, o Proponente Eduardo Ferreira disse agradeceu a presença de todos falou da importância de criar uma comissão, falou da importância da regulamentação dos aplicativos de transportes que são utilizados por pessoas PCDs. Após a fala dos vereadores inscritos, iniciou-se as considerações finais dos convidados. A Sra. Camila falou que entendemos que a alguns entraves na legislação, mas que a LBI 13146/2015 ela foi promulgada após as legislações municipais 2009/201, então já temos uma defasagem nesse sentido, então não podemos se esconder atrás das legislações, se a legislação tá defasada deveremos correr atrás para colocá-la conforme a atualização, a Ana Luiz falou que legislação Federal fala de 2% (dois) de vagas para estacionamentos públicos quanto privado coletivo, e que na área central eles tem um percentual acima do estabelecido pela lei, e que e sempre feitas fiscalizações desses vagas de estacionamento, a Sra. Débora reafirmou suas falas e falou que estar para agregar nas melhorias e qualidade de vida dessas pessoas, o Sr. Valdecir agradeceu todos presentes falou da importância da audiência. O vereador Júnior Martins, Presidente da Câmara, falou que possamos buscar consolidar as opiniões, que teve muitas opiniões importantes, colocações importantes, e que possa ser que saia um documento para ser entregue ao Prefeito Guilherme e ao Presidentemente da MCTRANS Vinícius para adequar todas essas situações, falou da importância da fala da Ana Luíza dando a informação da quantidade de vagas na nossa cidade, e o que depender da casa ela sempre estará ao lado dessa classe e da população de Montes Claros. Em seguida, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência. Nada mais havendo, lavrou-se esta ata.

**Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 30 de outubro de 2025.**